

interiores” de um corpo no espaço, por uma poética da integração individual de estruturação do *self*. Terapia pré-verbal, pois não elege, segundo o autor, “a investigação lingüística o veículo de interpretação dos processos psíquicos do sujeito; seria a percepção imediata dos próprios desejos e não a compreensão verbal e intelectual de sua dinâmica (de acordo com o método psicanalítico convencional) que deveria produzir um real efeito curativo”.

Os “objetos relacionais” são dispositivos que nem se aproximam dos objetos artísticos, nem possuem propriedades sensoriais por si mesmos: instituem-se terapêuticos pelo toque, pela qualidade do contato corporal: “é a relação entre a realidade psíquica interna e o mundo externo, mediada pelos sentidos, que define a fantasmática do paciente”. Assim, “o objeto relacional é um objeto transicional (...) um objeto que nega a separação entre subjetividade e objetividade”, levando o participante “a reviver um estado anterior à separação entre o sujeito e o objeto”. Sacos plásticos com água ou ar, colchões com bolinhas de isopor, lençóis, almofadas, pedras etc, aplicados às diversas regiões do corpo visam a efeitos determinados, como, por exemplo, a ativação da sexualidade genital; estimulam o envolvimento tátil por surpresa e curiosidade. Friccionados ao corpo, apalpados; deslizando sobre a pele, massageando, alisando, os objetos relacionais provocam a sensação de integração, “fechando os buracos”, soldando as fissuras. Lacan, Winnicott e Melanie Klein, segundo o autor, aí estão presentes, na recomposição da “memória corporal”.

Lygia Clark sabia estar mexendo em zonas proibidas, posto que desestruturantes, inclusive de si própria; anos antes de morrer abandonara sua atividade, pelos demônios que desatara. Restou o sonho de um pensamento e intervenção vital que, partindo das possibilidades da construtividade na arte, chegou à construção de processos da arte como vida. Ricardo Fabbrini aceitou o repto de entender a violência secretada por um projeto de fazer da arte uma pulsação de vida. E o fez muito bem.

*Celso F. Favaretto*  
Professor da Faculdade de Educação/USP.

FRANCO, Francisco de Melo. *Medicina teológica*. São Paulo, Giordano, 1994. 154p.

Há dois séculos publicou-se em Lisboa um livro de autor anônimo, “com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros”. Era o ano de 1794. A acolhida foi violenta, com escândalo e clamor, o que levou a polícia a proibir e apreender toda a edição. Saiu também à procura do autor, que nunca foi encontrado.

Tratava-se do título *Medicina teológica*, que foi logo esquecido, sobrando raríssimos exemplares, um deles nas mãos de um bibliófilo paulista, o que permitiu a reedição em 1994.

O Autor, soube-se tardiamente, Francisco de Melo Franco, era brasileiro, natural de Paracatu, MG, médico formado pela Faculdade de Medicina de Coimbra em 1782 e radicado em Lisboa. É estimulante ler hoje um livro de medicina onde se “suplica” que as perturbações tidas até então como pecaminosas e de exclusiva correção pela ação do confessor, do “senhor confessor”, pelas leis da Igreja Católica, fossem aceitas como “enfermidades” que deviam ser tratadas pelo mesmo confessor com os remédios físicos que se acrescentariam aos remédios morais da penitência.

A forma usada pelo A. foi a súplica, pois a proposta, além de original, inseria-se no terreno perigoso das leis canônicas, num ambiente de religião exaltada e impositiva, sob a vigilância de uma Inquisição amortecida, mas ainda atuante: daí o expediente do anonimato.

Neste pequeno e precioso livro, além do prefácio, seguem-se vinte e oito capítulos, sendo o último uma nova súplica, agora dos “penitentes” já sem esperanças, que dizem: “Não nos persuadiamos [de] que nossos maus hábitos, depois de se converterem em nossa natureza, já não poderiam ser extirpados sem destruição de nossa alma. Estando desenganados descobriu-se uma medicina que, mudando nossos ditos hábitos, nos faz possuir no corpo e na alma uma saúde perfeita”.

Os pecados a combater são três, todos da alçada moral da Igreja, cujo combate se fazia até então pela ação dos confessores com orações, jejuns, disciplinas e penitências. Estas ditas doenças morais e pecaminosas o A. as considera doenças físicas, verdadeiras “enfermidades” que, “remediadas e encruadas” pela persistente ação do confessor, são curadas com remédios físicos da medicina.

O terreno é escorregadio, pois envolve três vícios: o do amor com a lascívia, que no homem chega ao “satirismo” e na mulher ao furor uterino (ninfomania – metromania), tendo em comum o prazer sexual que arrebatava a alma e o corpo para o pecado e o inferno. Eis como o A. expõe sua tese: “São as paixões humanas um produto da sensibilidade e movimento de seus nervos (...) Os nervos são outros tantos vasos delicados cheios de um suco sutil etéreo e elástico, suco sutil este que liga a alma e o corpo”. As alterações deste “suco” criam a enfermidade. Estabelece então Melo Franco o conceito de enfermidade emocional, as neuroses de hoje, que são tratadas pela psicoterapia analítica ou não.

O A., séculos atrás, foi assim um pioneiro, não sabendo que seus remédios, pelo conhecimento de hoje, seriam inócuos, mas criou o conceito psicoterápico, se não da psicanálise de Freud, avessa ao tratamento medicamentoso, pelo menos de um confessor (terapeuta), capaz de atender à alma e ao corpo, o que pode ser feito por um médico psicoterapeuta, não analista, de hoje.

Seus argumentos são apaixonados, barrocos, discutindo com o teólogo de seu tempo e com os teólogos antigos, citando papas, bispos e santos, sempre em defesa

dos sofrendores antes tidos por pecadores, a quem se devia punir pela culpa de seus atos.

"A bebedice (o alcoolismo) desordena a harmonia do cérebro com a filtração e circulação do suco nervoso". Menciona então o uso do vinho emético, recomendando que o paciente desconheça a "confeição do que ele agora bebeu para só afear-lhe em geral todo vinho para que ele se forme de todo licor inebriante uma idéia funesta e lhe ganhe horror" (o reflexo condicionado). Mas adverte para que antes se consultem médicos-professores, para que digam se há impedimento para seu uso. Aqui, outra proposta original psicoterápica, como se pode fazer hoje com os remédios contra o alcoolismo.

"A cólera é paixão geral em todos os homens (seres humanos), porém seus furores são mais de alguns sujeitos que de outros". "Quando chega a ser um pecado capital, a cólera é uma doença que tem sua origem na agitação da bile, é uma paixão da alma e chega a matar de repente" (enfarte cardíaco). Comentando o tratamento, diz "ser impossível persuadir-se a alma por si mesma da malignidade de sua cólera, sem fazer entrar em seu discurso todos aqueles sujeitos e predicados a que sua cólera diz respeito".

Esta definição do A. é uma profecia, pois um século depois, Freud diz a mesma coisa, fundamentando sua teoria. O ser humano não pode analisar-se a si próprio, mas com a ajuda do psicanalista alcançará a verdade inconsciente, "entrando em seu discurso todos aqueles sujeitos e predicados a que sua cólera diz respeito", isto é, os personagens de sua tenra e primeira infância.

Sente-se nesta pequena obra a cultura médica, religiosa e política do A. Tudo começou no ambiente vivido por Melo Franco em Coimbra, quando ainda estudante de medicina. Conviveu com a juventude progressista da época, com o clima de efervescência política que reinava na França antes e depois da Revolução de 1789. Envolveu-se num processo da Inquisição, acusado de "herege, naturalista (não aceitava a divindade) dogmático e contrário ao Sacramento do matrimônio". Curtiu um ano de cadeia, perdeu três anos, mas formou-se em 1782; casou-se depois com uma moça que, ouvida no processo, não delatou seus companheiros e foi liberada.

Médico de nome em Lisboa, veio no começo do século XX para o Rio de Janeiro, onde vigorava o ranço religioso da Colônia. Teve presença apagada fora do círculo oficial e faleceu em Ubatuba, São Paulo, quando viajava de volta para o Rio de Janeiro. Tinha 62 anos de idade.

Inestimável é a comparação de Alberto Dines, que comparece com um preâmbulo intitulado "A Inquisição como Farsa", onde esmiúça este processo da Inquisição com vinte e seis réus e seus delatores, revivendo os passos de Melo Franco e companheiros de "pândega", alguns também de Paracatu. Satisfaz nossa curiosidade sobre a evolução desses idealistas que alcançaram brilhante sucesso.

Pelas 154 páginas deste livro permeiam as idéias que acabamos de esboçar. Fica-nos a impressão de que o A. sentiu a necessidade de trazer à luz as idéias que ferviam em sua mente liberal. Propôs algo que sabia utópico, daí seu anonimato.

Ficou-nos um fantasma do século XVIII, que sincroniza com idéias hoje correntes.

*Eduardo Etzel*

Médico, psicanalista, historiador.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. (org.) Joaci Pereira Furtado. São Paulo, Companhia das Letras, 1995. 253p. (Retratos do Brasil, 1).

A nova edição das *Cartas Chilenas*, que inaugura a coleção Retratos do Brasil, não poderia ser mais oportuna, não tanto por atualizar e recolocar em circulação um dos textos obrigatórios aos estudos historiográficos e literários do Brasil Colônia, mas por abrir caminho tanto a uma reconsideração da obra em particular quanto a uma problematização da produção literária “brasileira” da época, no entrecruzamento entre poesia e história cristalizado no poema satírico.

Na perspectiva histórica, o conjunto das *Cartas* nos ofereceria a oportunidade de revisitar os tempos áureos da Vila Rica setecentista, com seus calçamentos rústicos e o esplendor de sua arquitetura. Reabrindo o dossiê da Inconfidência Mineira, reavivaria os feitos e efeitos daqueles eventos “heróicos” em preciosa moldura. Ao menos deste modo o poema tem sido lido e referido pela historiografia e pela crítica: seja como “retrato” fidedigno daquele panorama e da época tardo-setecentista; seja como “prefiguração” da insurreição contra a Coroa – e seu desenlace trágico; por fim, como transposição tupiniquim do ideário iluminista, por conseguinte, “semente” de uma consciência nacional e de seu processo emancipatório. Além do martírio de Xavier, Gonzaga gloriosamente se inscreveria no panteão dos “heróis brasileiros” com seu panfleto beletrístico, documento de um país e uma nação em gestação: *Libertas quae sera tamen*.

A par da historicidade e das vicissitudes através das quais atravessaram as leituras das *Cartas* nos últimos 150 anos, o organizador da edição atual – Joaci Pereira Furtado – nos sugere que seria hora de trocarmos de óculos, advertindo-nos do risco de interpretações anacrônicas do poema e, mais grave, de sua apropriação a serviço de determinada ideologia nacionalista<sup>1</sup>. Nisto consiste a contribuição maior

1. FURTADO, Joaci Pereira. *Uma república de leitores: história e memória na recepção das Cartas Chilenas*. São Paulo, 1994, 244p. (Mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.